



GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO



HOSPITAL N. S. DA CONCEIÇÃO S.A. (Matriz) CNPJ 92.787.118/0001-20 - Av. Francisco Trein, 596 F. 33572000 - Porto Alegre - RS - CEP 91350 200

Filiais: Hospital Fêmeina, Hospital Cristo Redentor, Hospital Criança Conceição, Unidade de Pronto Atendimento Zona Norte Moacyr Scliar, Unidade de Saúde Santíssima Trindade, Unidade de Saúde Parque dos Maías, Unidade de Saúde Nossa Senhora Aparecida, Unidade de Saúde Jardim Leopoldina, Unidade de Saúde Floresta, Unidade de Saúde Divina Providência, Unidade de Saúde Costa e Silva, Unidade de Saúde COINMA, Unidade de Saúde Barão de Bagé, Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde - CETPS, Centro de Atenção Psicossocial I - Infantil, Unidade de Saúde SESC, Centro de Atenção Psicossocial II - Adulto, Unidade de Saúde Conceição, Unidade de Saúde Jardim Itu e Centro de Atenção Psicossocial III - Álcool e Drogas.

Vinculado ao Ministério da Saúde - Decreto 99244/90



COREMU - GHC TRABALHO DE CONCLUSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM / ÁREA PROFISSIONAL DE SAÚDE PROGRAMA DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Diálogos sobre Diversidade Sexual e de Gênero no CAPSi Pandorga: Desafios e Reflexões

Maina Saldanha Garcia

Rita Mello de Mello

Jaina Raqueli Pedersen

Porto Alegre, novembro de 2024

MAINA SALDANHA GARCIA

Diálogos sobre Diversidade Sexual e de Gênero no CAPSi Pandorga: Desafios e Reflexões

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Saúde Mental.

Orientadora: Rita Mello de Mello
Coorientadora: Jaina Raqueli Pedersen

Porto Alegre/RS
novembro/2024

RESUMO

Neste trabalho de conclusão da residência, tem-se o objetivo de identificar as abordagens e narrativas empregadas pelos/as trabalhadores/as do CAPSi Pandorga no atendimento às crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ em situação de sofrimento psicossocial, a fim de qualificar as práticas e, conseqüentemente ampliar o acesso aos direitos dessa população. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e do tipo pesquisa-ação, guiada pelo método materialista histórico dialético. O estudo conta com a participação de oito (08) profissionais, que realizam atividades individuais e coletivas. A coleta das narrativas e das abordagens se deu através da observação participante, em atendimentos individuais e coletivos, discussões de casos e o registros do diário de campo, e a técnica empregada foi a análise de conteúdo. Diante dos resultados, embora a instituição ofereça um espaço para o cuidado de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, é evidente que algumas narrativas e abordagens ainda estão imersas em discursos conservadores, que violam direitos e dificultam o acolhimento adequado para esta população.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
3 METODOLOGIA.....	11
4 NARRATIVAS E ABORDAGENS DOS/DAS TRABALHADORES/AS.....	13
5 QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	23
ANEXOS - APROVAÇÃO COMISSÃO DE ÉTICA E PESQUISA.....	25

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de residência, parte de uma investigação, junto aos/as trabalhadores/as do Centro de Atenção Psicossocial à Infância e Adolescência - CAPSi Pandorga, do Grupo Hospitalar Conceição, tendo em vista as narrativas envolvendo as crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários entre outras orientações sexuais e demais identidades de gênero).

Contou-se neste estudo, com o objetivo geral de - Identificar as abordagens e narrativas empregadas pelos/as trabalhadores/as do CAPSi Pandorga no atendimento às crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ em sofrimento psicossocial, a fim de qualificar as práticas e, conseqüentemente ampliar o acesso aos direitos dessa população. Como também, dois objetivos específicos, de - Desvendar as narrativas dos/as profissionais do CAPSi Pandorga referente a gênero, sexualidade e sofrimento psicossocial, e - Identificar os desafios e as potencialidades nas práticas dos/as trabalhadores/as na instituição relacionado ao público crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

O CAPSi Pandorga, situa-se na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, e está localizado na região norte da capital gaúcha. Este é um serviço especializado em saúde mental, para atendimento às crianças e adolescentes¹ com transtornos mentais graves e persistentes (GHC, 2024, s/p). A instituição conta com profissionais de diferentes núcleos, como psicólogas, assistentes sociais, psiquiatras, pediatra, enfermeiras, nutricionista, psicopedagoga, profissionais de educação física e arteterapeuta. O local também é campo de vivências da residência multiprofissional em saúde do GHC, do Programa de Atenção em Saúde Mental, o que tornou possível desenvolver o estudo em tela.

Esta pesquisa assume um caráter político, dado o reconhecimento da carência nas abordagens relacionadas à diversidade de gênero e sexual, no contexto da Residência Multiprofissional em Saúde. A falta de discussões sobre essas questões, observada nas práticas institucionais, gerou um estranhamento,

¹ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, considera-se “criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

evidenciando a necessidade de desnaturalizar essa ausência e refletir sobre melhorias nas práticas profissionais, especialmente no CAPSi Pandorga. O interesse pela temática investigada se deu ao longo da trajetória acadêmica e profissional, especialmente durante a vivência atual, no campo da saúde mental. Este estudo propõe refletir sobre ferramentas que possam contribuir para um processo de trabalho emancipador e não moralizante, a fim de aprimorar o atendimento à saúde da população LGBTQIAPN+.

A realidade das crianças e adolescentes é múltipla, ainda mais pensando em crianças e adolescentes LGBTQIAPN+. Assim, neste estudo, optou-se por fazer uso das terminologias infâncias e adolescências LGBTQIAPN+, no sentido de reconhecer e validar a diversidade existente. Visto que, “Há modos e condições de viver a infância e a adolescência que historicamente são bastante diferentes e, por que não dizer, desiguais” (Almeida; Pedersen; Silva, 2020, p.3).

Referente ao sofrimento psicossocial, compreende-se que a experiência do adoecimento e/ou sofrimento psicossocial pode resultar das relações de gênero, raça, classe, orientação sexual e também pelas intervenções em serviços de saúde mental, e que, o ato de nomear este sofrimento pode auxiliar na propagação de estigmas e preconceitos ou evitar que este aconteça. “Dessa forma, utiliza-se o termo sofrimento psicossocial para remeter àqueles que sofrem intensamente, permitindo que a experiência-sofrimento não seja reduzida a uma desordem e/ou periculosidade”, e sim levando em conta cada experiência individual e distinta² (CFESS, 2022, p.13).

Sobre a metodologia, trata-se de um estudo de caráter exploratório e qualitativo, e do tipo pesquisa-ação. Na pesquisa-ação a pesquisadora e os participantes da pesquisa estão em interação constante, elencando prioridades a serem solucionadas e propondo maneiras para isso. Vale ressaltar que a pesquisa-ação não está limitada a uma forma de ação, e sim, pretende-se aumentar o conhecimento da pesquisadora e a consciência dos/as participantes sobre a temática estudada.

² [...] tanto a noção de doença mental, quanto a de transtorno mental reforçam a concepção de perturbação e desordem, o que dá a ideia de que o sujeito porta um desequilíbrio. Amarante (2007) chama atenção para esses dois termos que são adotados pela psiquiatria e merecem críticas, já que reafirmam a noção de normalidade mental que, inclusive, subsidia a reprodução da produção do sofrimento e do adoecimento psicossocial como estratégias de perpetuação da sociabilidade burguesa (CFESS, 2022, p.13).

O método da pesquisa, é o materialista histórico dialético (método de Marx), pois este oferece bases para desvendar e encontrar respostas para a investigação diante da sua totalidade e contradições, percorrendo o caminho no qual se constituem os fenômenos, a partir de desmistificações e sem respostas prontas, levando em conta as determinações políticas, econômicas, sociais, culturais, etc.

O estudo em tela, estrutura-se em cinco (05) itens, sendo o primeiro deles a presente introdução. O segundo item, discorre sobre a fundamentação teórica que deu base para discussões acerca das infâncias e adolescências LGBTQIAPN+ e o sofrimento psicossocial, que articulam-se com os demais itens. No terceiro item, verificam-se os resultados a partir da coleta de dados das narrativas e abordagens dos/das trabalhadores/as no CAPSi Pandorga. No quarto item, discorre-se quanto a sugestões para qualificação das práticas profissionais. Por último, apresentam-se algumas considerações finais das discussões elencadas, pois não há a intenção de por fim às argumentações ao longo do trabalho, mas expor elementos identificados na pesquisa que propiciem novas reflexões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este item, abarca sistematicamente a fundamentação teórica, com base na literatura atual, referente às temáticas infâncias e adolescências LGBTQIAPN+ e o sofrimento psicossocial.

Inicia-se pela categoria infâncias e adolescências, enfatizando que não há apenas um modo de ser criança e/ou adolescente. Esses indivíduos passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, a partir da Constituição Federal de 1988 - CF/88 e, posteriormente, com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, em 1990. Estes dois marcos, referente à proteção das crianças e adolescentes, apenas existiram após intensas mobilizações e lutas dos movimentos sociais em favor desses sujeitos, explicitando que estes devem estar a salvo e protegidos pela família, sociedade e Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s/p).

Ainda, o ECA prevê que “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990, s/p).

No entanto, é sabido que as infâncias e adolescências são múltiplas, ainda mais quando esses indivíduos também são LGBTQIAPN+, e encontram-se em sofrimento psicossocial. Sendo assim, cabe aos/as trabalhadores/as que as atendem, estarem atentos e capacitados para da melhor forma intervir e contribuir para a garantia e ampliação de direitos.

Há modos e condições de viver a infância e a adolescência que historicamente são bastante diferentes e, por que não dizer, desiguais. E é justamente essa característica que determinou, por muito tempo, o tratamento também desigual de crianças e adolescentes, levando-nos a pensar sobre a existência de Infâncias e Adolescências. Como referem Moreira e Vasconcelos (2003, p. 165), “[...] não se pode tratar a infância de forma indiferenciada, idílica, a-histórica, mas inserida em relações sociais concretas, situadas em especificidades e cotidianos singulares”(Almeida; Pedersen; Silva, 2020, p.3).

A realidade das infâncias e adolescências LGBTQIAPN+, as quais incluem questões de identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, não são as mesmas das que se enquadram no padrão da cis-heteronormatividade, ou seja, as pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos estão mais passíveis a sofrerem violências e violações de seus direitos, agravando-se ainda pelo fator geracional relacionado as crianças e adolescentes, que por serem indivíduos em formação e dependentes dos adultos, não usufruem do mesmo poder, tornando-se muitas vezes vítimas de violências e violações de direitos. Para Saffioti (2015), crianças e adolescentes estão mais vulneráveis a sofrerem diversas formas de abusos e violências dos adultos, dado às relações desiguais de opressão e poder, enfrentando a falta de autonomia, diante da dependência dos adultos.

Sendo assim, as pessoas LGBTQIAPN+ não estão inseridas nos padrões de heteronormatividade esperados socialmente, estando mais propensos a serem estigmatizados, invisibilizados e excluídos, o que pode vir a produzir sofrimento psicossocial. Por exemplo, “[...] antes de exteriorizar uma orientação sexual diferente da heterocisnormatividade, a criança/adolescente tem que se aceitar, uma difícil tarefa quando as informações recebidas do mundo são de preconceitos, estigmatização e violência” (Hercowitz, Santos, 2021, p.114).

As normas sociais que regulam o certo e o errado conformam o conjunto de comportamentos e apresentações que moldam o caráter e a identidade de uma coletividade, de modo que a opressão, intolerância, estigmatização e exclusão revelam a vulnerabilidade a que determinados indivíduos e grupos estão submetidos por não serem aceitos, tendo as diferentes expressões de sua sexualidade e identidade de gênero consideradas anormal (Silva et al., 2021, p.2)

Também, é necessário compreender esses sujeitos para além da diversidade da orientação sexual, da identidade e expressão de gênero, levando em conta os demais marcadores sociais destes, como raça/etnia, classe, território, escolaridade, geração, entre outros. A importância de reconhecer esses marcadores sociais está em compreender que a determinação social da saúde interfere, de maneiras distintas, no processo da saúde mental destas pessoas. Pois, a determinação social de saúde é um processo histórico e não individual, e a junção dos marcadores sociais de cada indivíduo acarreta diretamente no sofrimento psicossocial produzido.

Referente às violências e violações de direitos das infâncias e adolescências LGBTQIAPN+, no ano de 2020:

15 anos foi a idade com que a mais jovem adolescente trans foi assassinada em 2020, exatamente como aconteceu em 2018. Dos 175 assassinatos desse ano, 8 vítimas tinham entre 15 e 18 anos. O assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (Benevides; Nogueira, 2021, p.39).

O Atlas da Violência de 2024 atualiza os principais dados sobre violências no Brasil e registra que, em 2022, 8.028 pessoas LGBTQIAPN+ foram vítimas de violência. Dentre as pessoas homossexuais vítimas, 63,7% estão na faixa etária de 15 a 34 anos, enquanto as pessoas bissexuais são mais jovens, com a maioria concentrada na faixa etária de 15 a 29 anos (Cerqueira, 2024, p. 63).

Na sociedade capitalista e conservadora, existe uma lógica que produz e reproduz as violências e violações de direitos contra as crianças e adolescentes e agudiza-se quando estes identificam-se LGBTQIAPN+, que através dos “discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e de violação de direitos, a exemplo dos crimes motivados por racismo, LGBTfobia e sexismo” (Cisne; Santos, 2018, p.18).

No cenário atual, as violências e violações de direitos vêm sendo agravadas, marcadas pelo avanço do conservadorismo no Brasil. Ameaça-se a garantia de direitos, em prol de valores tradicionais, familistas e com normas sociais rígidas

sobre as discussões de gênero e sexualidade, afetando diretamente os grupos mais vulnerabilizados, como as crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ (Yazbeck, 2020).

Assim, estes sujeitos são discriminados e vítimas de preconceitos, o que pode vir a contribuir com o sofrimento psicossocial. Como afirmam Cisne e Santos (2018), existem forças conservadoras que impõem socialmente o que é aceito ou negado, usando para isso das instituições de poder, como as escolas, a família, a religião, a cultura, entre outras, as quais definem arbitrariamente como é aceitável ser mulher ou homem, pautando-se na lógica binária e na heterossexualidade.

Cabe aos profissionais da saúde refletirem sobre seu papel com crianças e adolescentes com diversidade de corpos, de gênero e de orientação sexual, não deixando suas concepções pessoais influenciarem em suas decisões e respeitando a autonomia e autodeterminação de cada um (Hercowitz; Santos, 2021, p.118).

Salienta-se, que não são as diversidades referente a orientação sexual e/ou identidade de gênero que adoecem e causam sofrimento psicossocial, mas sim, as violências praticadas historicamente à grupos minorizados, que impõem um padrão heteronormativo de estar no mundo, violentando quem foge desta imposição.

Neste estudo, aborda-se a saúde mental enquanto um direito a ser garantido. Assim, para pensar em saúde mental e sofrimento psicossocial há grupos historicamente inferiorizados, como crianças e adolescentes e pessoas LGBTQIAPN+, para os quais precisa-se atentar para o desenvolvimento das políticas de saúde mental no Brasil.

O ano de 2001 é um marco no avanço da saúde mental brasileira, com a Lei da Reforma Psiquiátrica. Essa reforma ganhou força devido a muitas resistências e mobilizações da sociedade civil, trabalhadores/as e familiares que lutaram pela efetivação dos direitos de grupos como crianças e adolescentes abandonados, pessoas LGBTQIAPN+, idosos, usuários de substâncias psicoativas, mães solo, entre outros segmentos marginalizados. Esses grupos eram, até então, alocados em manicômios sem perspectiva de alta.

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, [...], são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (BRASIL, 2001, s/p).

A Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, assegura que as pessoas acompanhadas pela política de saúde mental devem ser reconhecidas de forma integral e equânime, promovendo seu bem-estar sem discriminação.

Atualmente, a efetivação da reforma psiquiátrica segue em disputa, dado a onda conservadora que assola nosso país, com tensões políticas que atingem principalmente as políticas públicas de saúde mental, especialmente relacionado a superação das práticas manicomiais e a garantia dos direitos humanos. Nos últimos anos, com ênfase ao governo Bolsonaro (2019-2022) avançou-se o conservadorismo, com pautas moralistas e patologizantes, contribuindo com a restrição de direitos, sendo um retrocesso para a desinstitucionalização e o cuidado em liberdade (CEBES, 2020).

Ressalta-se que, a saúde mental e sofrimento psicossocial aqui evidenciados não estão atrelados apenas aos fatores biológicos de saúde e doença, e sim a toda dinâmica social, as relações desiguais socialmente produzidas, aos fatores econômicos, culturais e de diversidades, pois “cada pessoa responde à realidade social de maneira distinta, sentindo dores, sofrimento, angústia, é necessário reconhecer que algumas precisam de maior suporte em saúde mental, para lidarem com a complexidade do existir e sofrer” (CFESS, 2022, p.12-13).

Ou seja, não serão todas as infâncias e adolescências LGBTQIAPN+ que serão marcadas pelo sofrimento psicossocial, mas, o fator geracional atrelado a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual, em uma sociedade predominantemente cis-heteronormativa e conservadora, reforça a necessidade de um olhar atento dos/as profissionais para estas demandas, pois, são fatores relevantes para a determinação social da saúde, e que devem estar articulados com o respeito e a garantia de direitos.

Este trabalho visa fomentar, junto a equipe multiprofissional do CAPSi Pandorga, reflexões sobre as infâncias e adolescências LGBTQIAPN+ e sofrimento psicossocial, apontando os desafios e potencialidades nas intervenções, para assim construir espaços de trocas e partilhas de conhecimentos entre os/as trabalhadores/as, e intencionando a garantia de direitos, especificamente das pessoas LGBTQIAPN+ atendidas.

No próximo item, será possível observar como se deu o processo de investigação, junto aos/as trabalhadores/as do CAPSi Pandorga durante a pesquisa.

3 METODOLOGIA

Este item discorre sobre a metodologia utilizada para o estudo, como o tipo da pesquisa, seu método de análise, as técnicas e instrumentos utilizados para responder aos objetivos propostos.

A fim de responder aos objetivos da pesquisa, optou-se pelo estudo qualitativo o qual busca pelo “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p.14), de caráter exploratório que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (Gil, 2008, p.27), e do tipo pesquisa-ação sendo uma “pesquisa social, com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 2011, p. 14).

O método de análise utilizado é o materialista histórico dialético (método de Marx), pois este, “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (Gil, 2008, p.14). Faz-se uso das categorias totalidade, contradição e historicidade do método, para então analisar a realidade concreta das narrativas dos/das trabalhadores/as referente às abordagens com crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, relacionando com as relações sociais, políticas e econômicas historicamente constituídas na sociedade capitalista, pois

[...] compreender o cotidiano como categoria analítica e empírica, capaz de oferecer pistas que aprofundem a análise de suas determinações, expressões, contradições, consequências e os desafios vinculados ao contexto particular em que se manifesta, caracterizado por aspectos singulares e determinado pela totalidade social (Moraes, 2019, p.6).

Deste modo, esta pesquisa-ação, à luz do método materialista histórico dialético, fornece pressupostos para apreender o trabalho dos/as profissionais como uma importante fonte de conhecimento, e assim contribui com o espaço institucional do CAPSi Pandorga, bem como com a garantia de direitos da população atendida.

O estudo foi desenvolvido no CAPSi Pandorga, do GHC, o qual iniciou suas atividades no ano de 2010, na região norte do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O CAPSi Pandorga, é um centro de atenção psicossocial para

crianças e adolescentes, que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes (BRASIL, s/p, s/n).

A instituição conta com uma equipe diversa e heterogênea, com psicólogas, psiquiatras, pediatra, assistentes sociais, enfermeiras, técnicos de enfermagem, nutricionista, psicopedagoga, educador físico, arteterapeuta, técnicos administrativos, e também recebe profissionais residentes da residência multiprofissional de saúde e da residência médica. Dado ao número de profissionais, criou-se critérios de inclusão e exclusão para a investigação, sendo convidados/as a participar do estudo os/as que realizam atividades coletivas e individuais, estando a mais de três (03) meses alocados no CAPSi Pandorga, e que aceitaram o convite para participar da pesquisa. Os critérios de exclusão, compreenderam os/as profissionais que estavam afastados por algum motivo da instituição, no período que ocorreu a coleta de dados da pesquisa que compreende os meses de outubro e novembro de 2024.

A técnica escolhida foi a observação participante, visto que “a observação participante é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado” (Mann, 1970, apud Marconi, 2006, p.91), sendo possível devido a inserção na equipe do CAPSi Pandorga, durante o segundo ano da residência multiprofissional. Deste modo, observou-se atendimentos individuais e coletivos, e também discussões de casos na equipe, a fim de propor estratégias conforme desafios encontrados.

O registro da observação participante, se deu de modo aberto, o que conferiu uma ampla liberdade para proceder às anotações (Gil, 2008, p.106). Já o instrumento escolhido neste processo, foi o diário de campo, com registros de discursos e narrativas empregadas nos atendimentos e/ou atividades em grupos, ou no cotidiano da instituição, referentes à temática.

Após a finalização da observação participante, e diário de campo, foi factível aplicar a técnica de análise do conteúdo, com “a finalidade de descrever, sistematicamente o conteúdo das comunicações”, não os encerrando em si mesmos, mas se preocupando com as ideias emitidas nos discursos (Marconi, 2006, p.132), a fim de analisar as comunicações investigadas, não apenas das palavras, e sim, das idéias emitidas.

Esta pesquisa foi apresentada para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição (CEP-GHC), sendo iniciada somente após a sua aprovação. Do mesmo modo, para os/as trabalhadores/as que deram o aceite em participar, houve a leitura e posteriormente assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de respeitar a ética e a confidencialidade dos participantes.

4 NARRATIVAS E ABORDAGENS DOS/DAS TRABALHADORES/AS

Este item visa discorrer sobre as abordagens e narrativas dos/as trabalhadores, referente às crianças e adolescentes LGBTQIAPN+. Destaca-se o curto período para a coleta de dados, dado a longa espera na apreciação do Comitê de Ética em pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de materiais, como evidenciado anteriormente, foram os diários de campo produzidos para a pesquisa, os quais narram cenas do cotidiano que envolvem os diálogos relacionados com o tema, a fim de desvendar as potencialidades e desafios nas práticas dos/das profissionais.

O número de trabalhadores/as que aceitaram participar da pesquisa foram oito (08), um número consideravelmente reduzido, tendo em vista o quadro atual de contratados no CAPSi Pandorga, que são vinte (20) profissionais, o que se acredita não estar relacionado ao tempo da pesquisa. A fim de respeitar o sigilo e confidencialidade dos/das participantes, não são usados nomes e núcleos profissionais nos materiais encontrados, e sim pseudônimos identificados conforme os nomes das salas da instituição, que são Arco-íris, Brisa, Horizonte, Céu, Nuvem, Sol, Oráculo e Pipa.

No local, existe a sala de equipe, a qual favoreceu boa parte da coleta de dados. É uma sala que os/as profissionais frequentam durante sua rotina de trabalho, usando-a para discussões de casos, reuniões, evoluções no sistema, e também celebrações. No entanto, nesse espaço, também se reproduzem discursos moralizantes, preconceituosos e violadores de direitos, como observado no trecho a seguir, em que um/a profissional manifesta sua intolerância:

Não me recordo porque começou-se as falas sobre identidade de gênero e orientação sexual dos adolescentes, mas o que marcou foram as violências naturalizadas, o não respeito a autodeterminação das identidades de gênero, aos seus pronomes, algo que é da constituição do sujeito e

pasmem, a comparação de que 'se cada um pode ser o que quiser, poderia então atropelar alguém na rua e não prestar socorro, que não aconteceria nada, já que cada um pode fazer o que quiser da sua vida' (Arco-íris), mesmo sendo uma prática criminosa (Garcia, 2024).

Esta citação, advinda do diário de campo, evidencia a intolerância, o não respeito à diversidade de gênero e sexual, manifestando-se em um ambiente que deveria ser de acolhimento e de segurança. Conforme Silva et al. (2021):

As normas sociais que regulam o certo e o errado conformam o conjunto de comportamentos e apresentações que moldam o caráter e a identidade de uma coletividade, de modo que a opressão, intolerância, estigmatização e exclusão revelam a vulnerabilidade a que determinados indivíduos e grupos estão submetidos por não serem aceitos, tendo as diferentes expressões de sua sexualidade e identidade de gênero considerada anormal (Silva et al., 2021, p.2).

De acordo com Jesus (2012), identidade de gênero é como a pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento, assim as pessoas trans(gêneros) são pessoas diversas que não se identificam com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado socialmente. Já a orientação sexual, pode ser entendida como "Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero" (Jesus, 2012, p.26). Ou seja, identidade de gênero e orientação sexual diferem-se, um não decorre do outro.

As identidades de gênero, podem ser, cisgênero, transgênero, não-binário, entre outras que existem. E alguns exemplos de orientações sexuais, são, heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, dentre outras que variam amplamente³.

O público pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, apresenta-se com frequência no CAPSi Pandorga, o que aponta a necessidade de uma organização no processo de trabalho para responder às necessidades dessa população. Assim, durante o ano de 2024, após iniciativa de um/a profissional, surge o grupo Diversidades, um espaço coletivo e protetivo para os/as adolescentes, estando seguros para abordar suas inquietações, medos, desafios, pensar outras possibilidades, trocar experiências, fortalecer sua autonomia e buscar a garantia de direitos para este público.

³ Indica-se a leitura do Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, de Jaqueline Gomes de Jesus, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>.

A experiência no grupo Diversidades, apresenta histórias relatadas pelos adolescentes pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+, revelando assim, a complexidade dos marcadores sociais, ainda que cada pessoa tenha suas particularidades, há aspectos que as conectam. O que chama a atenção, é que cada jovem possui seus próprios marcadores sociais, mas há o ponto em comum que os/as conecta, seja por pertencer a comunidade LGBTQIAPN+, sendo um grupo socialmente minorizado, ou vivenciar um sofrimento psicossocial. Esses/as adolescentes expressam a compreensão de que esse espaço é seguro e por vezes o único para trazer questões relacionadas ao tema, ou também de ser um momento de pertencer a algo que é só para si (Garcia, 2024).

Veale et al. (apud Silva et al., 2021), fornece a comparação do sofrimento psíquico entre a população LGBTQIAPN+, e os jovens pertencentes a heterocisnorma, apontando o índice maior de suicídio, depressão, ansiedade, abuso de substâncias psicoativas, dentre poucas oportunidades de trabalho e acesso a educação, no primeiro grupo, dado a influência de sofrimento psicossocial relacionado ao estigma, discriminação e preconceitos. Assim, “sofrimento psíquico não é reservado àqueles com algum diagnóstico específico, mas é algo presente na vida de todos, que adquirirá manifestações particulares de cada pessoa” (p.3).

Aponta-se a importância do fortalecimento coletivo e da construção do espaço protetivo para os/as adolescentes, ocorrendo a partir da iniciativa de profissionais sensíveis com a temática, permitindo a discussão aberta, sem julgamento sobre a diversidade de gênero e sexual, considerando a garantia de direitos dessa população.

Cabe ressaltar, que o olhar para as especificidades das pessoas LGBTQIAPN+ é competência de todos/as os/as profissionais da saúde, conforme a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), a qual institui responsabilidades para gestores, conselheiros, técnicos e trabalhadores de saúde, nos atendimentos a esse público, como: escuta qualificada e sem julgamentos; respeito à identidade de gênero e orientação sexual; promoção da saúde sexual e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis; atenção integral à saúde mental; atenção às especificidades de saúde das travestis e mulheres trans; atenção a saúde sexual e reprodutiva; e capacitação contínua dos/as profissionais através de educação permanente sobre a temática (BRASIL, 2013).

Há espaços da instituição, principalmente a sala de equipe e cozinha, que proporcionam trocas de saberes e experiências, possibilitando assim discussões de casos, como no diálogo a seguir.

Brisa, verbaliza como se deu o atendimento com um pré-adolescente, ele até então identifica-se socialmente como menino cisgênero. No atendimento, pediu para vestir roupas associadas ao universo feminino, que estavam no brechó do CAPSi Pandorga. Após as experimentações das roupas, ele solicita para levá-las embora, e Brisa pergunta como ele estava se sentindo, e a resposta é: eu tô me sentindo livre (Garcia, 2024).

Este momento, apresenta duas questões relevantes, uma é disponibilidade do profissional para a experimentação deste pré-adolescente, marcando um ambiente de cuidado e atenção à expressão de gênero. Para este jovem em desenvolvimento, a pré-adolescência é uma fase de experimentações, e neste momento, houve uma tentativa de deslocar-se do sexo que lhe foi atribuído ao seu nascimento, e vivenciar o uso de roupas associadas ao universo feminino.

Cabe reconhecer esse atendimento como emancipatório, no qual o pré-adolescente conseguiu mostrar-se, longe da pressão social e familiar, e que a profissional pode reconhecer esse sujeito na sua singularidade, não o enquadrando em categorias preestabelecidas de gênero, atentando para o seu desenvolvimento sadio e harmonioso, enquanto um direito assegurado pelo ECA (1990).

No CAPSi Pandorga, observou-se o interesse de alguns profissionais em discutir sobre a diversidade de gênero e sexual.

Em uma ocasião, Horizonte, Céu e Nuvem conversavam sobre o quanto é preciso parar de nomear pela criança ou adolescente, de não antecipar sua autodeterminação, sua livre expressão, de auxiliar que esse processo seja tranquilo, mas sem oferecer respostas prontas para esses sujeitos. No entanto, na mesma ocasião, logo após essas reflexões, Sol insere-se na conversa, e fala sobre como questionou quando uma adolescente se assumiu lésbica em um atendimento, exemplificando que verbalizou para a adolescente que ela era muito nova para já ter isso definido (Garcia, 2024).

Nas relato acima, revela-se as potencialidades e desafios nos atendimentos, Por um lado, existem trabalhadores/as com uma proximidade maior com a temática, disponíveis para o diálogo, estando comprometidos eticamente com o respeito à diversidade sexual. Por outro, vê-se ainda nos espaços discursos conservadores, alinhados ao senso comum, como equiparar que uma jovem, devido a sua pouca experiência não deveria assumir-se lésbica, um discurso que vai contra a legitimidade que assumir uma orientação sexual independe da idade. De acordo

com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (2017), cabe,

REAFIRMAR que crianças e adolescentes devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde e direitos humanos, através de diversas fontes, destacando-se o direito à educação sexual esclarecedora, adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos e na equidade de gênero.

Dado o exposto, percebe-se, que os/as trabalhadores/as carecem de capacitação contínua para intervenções com crianças e adolescentes em situações relacionadas à diversidade sexual, a fim de evitar práticas que reproduzem preconceitos e estigmas.

É preciso ampliar a busca por conhecimento sobre questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, em espaços que sejam protegidos institucionalmente para reflexões e aprendizagem. A seguir, será possível observar sugestões para a qualificação das práticas profissionais relacionadas com o tema investigado.

5 QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS

Diante das discussões apresentadas, este item visa discorrer sobre as possibilidades de qualificação das práticas profissionais, a fim de viabilizar a garantia de direitos para crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

De antemão, ressalta-se que estamos inseridos numa sociedade marcada por relações desiguais de poder, constituída através da dominação/exploração de corpos vistos como frágeis, uma lógica que perpetua o adultocentrismo, entendido como a cultura autoritária de adultos sobre as crianças e adolescentes, uma face da desigualdade geracional. Segundo Abramowicz (2018), ainda que no adultocentrismo, a figura do adulto é colocada como aquela que detém a verdade, enquanto a criança, não exerce autonomia, e está à mercê dos valores e normas impostas pelos adultos, têm de ocorrer a inversão desta hierarquia, e colocá-las no centro das relações sociais, enquanto sujeitos políticos.

Aponta-se, que desde a primeira escuta e acolhimento, e posteriormente nos acompanhamentos em atendimentos individuais e coletivos, é fundamental que os/as trabalhadores/as estejam atentos/as para as especificidades das infâncias e

adolescências LGBTQIAPN+, de modo a contribuir que crianças e adolescentes possam explorar a diversidade sexual e de gênero, de forma autêntica e sem julgamentos.

Preciado (2020) denuncia que “a polícia de gênero vigia os berços para transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual ou a morte o espera” (p. 71), uma norma hegemônica cis-heteronormativa, que agrava desigualdades, preconceitos e sofrimentos.

Visando não reproduzir discursos moralistas e violadores de direitos no serviço público de saúde, como o CAPSi Pandorga, considera-se uma estratégia fundamental as atividades de educação permanente contínuas para os/as trabalhadores, em conformidade com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), tendo o intuito de enfrentar as discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia e território, e as especificidades em saúde da população LGBT, e incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à eliminação do preconceito (BRASIL, 2013).

Vale salientar, que a intolerância, preconceito e outras formas de discriminações a crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, vai ao encontro do conservadorismo historicamente presente nas dinâmicas sociais, visto que, é fundamental ao capital que se estrutura no patriarcado, manter a hegemonia binária e heterossexual para a exploração e reprodução da força de trabalho (Cisne; Santos, 2018).

É essencial defender a liberdade da diversidade de gênero e sexual, a fim de romper com padrões binários impostos pela cis-heteronormatividade, apontando o respeito a autoderterminação dos jovens, assim, enquanto profissionais e sociedade em geral, viabilizar a garantia de direitos e e enfrentar as inúmeras violências a crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as discussões apresentadas neste estudo, aponta-se que este não se encerra em si mesmo, visto que ao longo da pesquisa emergem-se novas inquietações.

Destaca-se a importância de refletir sobre as práticas profissionais no atendimento a crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ em situação de sofrimento

psicossocial no CAPSi Pandorga. Embora a instituição ofereça um espaço para o cuidado dessa população, é evidente que algumas narrativas e abordagens ainda estão imersas em discursos conservadores, que violam direitos e dificultam o acolhimento adequado.

O estudo apontou tanto desafios quanto potencialidades nas práticas de trabalho observadas. Foram identificados compromissos éticos e respeito à diversidade sexual e de gênero, com atenção às especificidades de cada sujeito. No entanto, ainda persistem atitudes conservadoras e intolerantes, que reforçam estigmas e preconceitos. É fundamental que os/as trabalhadores/as estejam alinhados à viabilização e garantia dos direitos dessa população, comprometendo-se com o cuidado integral e equânime.

A qualificação contínua por meio da educação permanente dos profissionais é essencial para garantir o direito à saúde integral e o acolhimento sem julgamentos das pessoas que acessam a instituição. É urgente que a instituição desenvolva estratégias mais eficazes de capacitação, alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), que orientam uma abordagem respeitosa à diversidade sexual e de gênero.

É necessário ampliar as discussões sobre as especificidades dos processos de construção da identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero nas infâncias e adolescências, considerando as influências sociais, culturais, políticas e econômicas que impactam diretamente no sofrimento psicossocial desse público, dado que, o estigma e o preconceito exacerbam esse sofrimento, agravando as dificuldades enfrentadas.

Por fim, este estudo reforça a importância de políticas públicas que assegurem a defesa e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, proporcionando a oportunidade de exercer sua autonomia de forma autêntica e sem discriminação. A transformação das práticas profissionais no cotidiano da instituição contribui para uma mudança coletiva, aspirando atendimentos emancipatórios, humanizados e respeitosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andreia Cristina da Silva; PEDERSEN; Jaina Raqueli; SILVA, Jorge Alexandre da. **Estatuto da Criança e do Adolescente: os (des) caminhos na**

efetivação da proteção de crianças e adolescentes. Emancipação, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-24, e2016513, 2020.

ABRAMOWICZ, Anete. **Sociologia da Infância: traçando algumas linhas.** Contemporânea: revista de sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 371-383, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de set. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il.

BRASIL. **Lei nº8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 de set. de 2024.

BRASIL. **Lei nº8080, de 19 de setembro de 1990.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 24 de set. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 10216, de 06 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 24 de set. de 2024.

BRASIL. **Centros de Atenção Psicossocial.** Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps#:~:text=CAPS%20i%3A%20Atende%20crian%C3%A7as%20e,estabelecer%20la%C3%A7os%20sociais%20e%20realizar>. Acesso em: 26 de set. de 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.

CEBES - CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **Saúde em Debate: Retratos da Reforma Psiquiátrica Brasileira.** REVISTA DO CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE, VOLUME 44, NÚMERO ESPECIAL 3. RIO DE JANEIRO, OUT 2020.

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **NOTA PÚBLICA DO CONANDA SOBRE DIREITOS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/notas-publicas-1/nota-public>

[a-sobre-direitos-sexuais-de-criancas-e-adolescentes_14_12_2017.pdf](#). Acesso em: 16 de nov. de 2024.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Série Assistente Social no ombate ao preconceito**: discriminação contra a população usuária da saúde mental. Caderno 8. Brasília (DF), 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/CFESS-Caderno08-SaudeMental-Site.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Mirla Cisne, Silvana Mara Moraes dos Santos. - São Paulo: Cortez, 2018. - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.8).

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC. **GHC oferece atendimento em Saúde Mental 100% SUS**. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/noticia.aberta.asp?idRegistro=30741>. Acesso em: 23 de set. de 2024.

HERCOWITZ, Andrea; SANTOS, Thais Emilie de Campos dos. **Desenvolvimento da infância e da adolescência das pessoas LGBTQIA+**. In: Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. P.113-119.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília. 2012. 42p.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **As metodologias de pesquisa ativas e suas contribuições para o trabalho do assistente social na área da Saúde**. Serv. Soc. & Saúde. Campinas, SP. v. 18. 1- 28 e019008. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia / Paul B. Preciado; Tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p. Disponível em:

https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 16 de nov. de 2024.

SILVA, José Carlos Pacheco da; CARDOSO, Rodrigo Ribeiro; CARDOSO, Ângela Maria Rosas; GONÇALVES, Renato Santos. **Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência**. Ciência & Saúde Coletiva, 26(7):2643-2652, 2021.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, p.293-306, jul./dez.2020. ISSN 1980-8518.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa que desenvolverá uma investigação acerca das crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ e o sofrimento psicossocial, junto aos trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial à Infância e Adolescência - CAPSi Pandorga, do Grupo Hospitalar Conceição.

Este termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Grupo Hospitalar Conceição (GHC). O CEP-GHC é responsável por avaliar os projetos de pesquisa desenvolvidos no GHC, e está em funcionamento desde 1997, sendo possível contatá-los pelo telefone (51) 3357-2407, ou então pelo email cep-ghc@ghc.com.br.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável para esclarecê-los.

A proposta deste TCLE é explicar sobre a pesquisa e solicitar a sua permissão para que o/a mesmo/a seja escrito/a em formato de artigo científico, apresentando a equipe do CAPSi Pandorga e publicado em meios científicos como revistas e congressos científicos.

O objetivo desta pesquisa é observar as abordagens e narrativas empregadas pelos/as trabalhadores/as do CAPSi Pandorga no atendimento às crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ em situação de sofrimento psicossocial, a fim de qualificar as práticas e, conseqüentemente ampliar o acesso aos direitos dessa população.

Se aceitar a participação, os procedimentos envolvidos são: Observação das práticas no cotidiano, referente aos atendimentos ao público LGBTQIAPN+; Levantamento das narrativas dos/as participantes da pesquisa em atendimentos individuais e atividades coletivas, sobre a temática gênero e sexualidade, a serem levantados nos meses de outubro à novembro de 2024.

Conforme prevê a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, a "confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e

a proteção contra a sua revelação não autorizada”. Assim, sobre o risco de quebra de confidencialidade (algum dado que possa identificá-lo e ser exposto publicamente), para minimizar esse risco, NENHUM DADO QUE POSSA IDENTIFICAR O(A) SR(A) COMO NOME, CODINOME, NÚCLEO PROFISSIONAL, entre outros serão utilizadas sem sua autorização na produção da pesquisa.

Do mesmo modo, de acordo com a Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012, haverá a “ ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos”. Os possíveis benefícios resultantes da participação são de qualificar as intervenções profissionais, contribuindo com o conhecimento sobre a temática, beneficiando assim os atendimentos às crianças e adolescentes buscando a garantia de direitos para esse público.

Sua participação é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a realização da pesquisa, não haverá nenhum prejuízo. Também não haverá nenhum pagamento pela sua participação.

É garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa, sobre tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação, desde agendado previamente o momento para isso.

Caso tenha dúvidas, pode entrar em contato com Maina Saldanha Garcia, pelo número 51 995477396, e/ou pelo e-mail maina.saldanhagarcia@gmail.com.

Esse termo é assinado em duas vias, sendo uma do participante e outra da pesquisadora.

ANEXOS

HOSPITAL NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO - GRUPO
HOSPITALAR CONCEIÇÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gênero, Sexualidade e o sofrimento psicossocial: diálogos acerca das crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ no CAPSi Pandorga.

Pesquisador: Rita Mello de Mello

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 81542324.8.0000.5530

Instituição Proponente: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.135.635

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa intitulado "Gênero, sexualidade e o sofrimento psicossocial: diálogos acerca das crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ no CAPSi Pandorga".

Desenho:

Trata-se de uma pesquisa-ação que é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes Identificação interna do documento representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20). Sendo assim, na pesquisa-ação a pesquisadora e os participantes da pesquisa estão em interação constante, elencando prioridades a serem solucionadas e propondo maneiras para isso. Segundo Gil (2008, p.27), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Pelo tipo qualitativo, busca-se o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2007, p.14). A referida pesquisa, será desenvolvida no CAPSi Pandorga, pertencente ao Grupo Hospitalar Conceição. A instituição é um centro de referência à saúde mental para crianças e adolescentes, e conta com uma equipe diversa e heterogênea, como: psicólogas, psiquiatras, pediatra,

Endereço: Av. Francisco Trein, 596 - Prédio do Ambulatório - 3º andar

Bairro: CRISTO REDENTOR

CEP: 91.350-200

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3357-2714

E-mail: cep-ghc@ghc.com.br

HOSPITAL NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO - GRUPO
HOSPITALAR CONCEIÇÃO



Continuação do Parecer: 7.135.635

assistentes sociais, enfermeiras, técnicos de enfermagem, nutricionista, psicopedagoga, educador físico, arteterapeuta, técnicos administrativos, e também recebe profissionais residentes da residência multiprofissional e da residência médica.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar as abordagens e narrativas empregadas pelos/as trabalhadores/as do CAPSi Pandorga no atendimento às crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ em situação de sofrimento psicossocial, a fim de qualificar as práticas e, conseqüentemente ampliar o acesso aos direitos dessa população.

Objetivo Secundário:

- 1.Desvendar as narrativas dos/as profissionais do CAPSi Pandorga referente a gênero, sexualidade e sofrimentopsicossocial.
- 2.Identificar os desafios e as potencialidades nas práticas dos/as trabalhadores/as na instituição relacionado ao público crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Sobre os riscos da pesquisa, analisa-se que os profissionais poderão sentir certo desconforto ao deparar-se com questões de gênero e sexualidade de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, ao se depararem com as inquietações que as possam vir a gerar na sua prática cotidiana. Também pensa -se que possa haver o risco de quebra de confidencialidade, algum dado que possa identificá-lo/a, para minimizar esse risco, não será socializado nenhum dado com o nome, codinome, núcleo profissional, entre outros sem a autorização do/a profissional.

Benefícios:

Os benefícios esperados com esta pesquisa, estão em contribuir com as reflexões nas intervenções profissionais, a fim de não reproduzir atendimentos moralizantes e preconceituosos, qualificando a prática e conseqüentemente ampliando o acesso aos direitos de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nos Pareceres 7.033.213 e 7.112.769 foram apontadas as seguintes pendências do estudo que foram adequadamente respondidas.

Endereço: Av. Francisco Trein, 596 - Prédio do Ambulatório - 3º andar

Bairro: CRISTO REDENTOR **CEP:** 91.350-200

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3357-2714

E-mail: cep-ghc@ghc.com.br

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO



Continuação do Parecer: 7.135.635

Trata-se de um projeto de conclusão de residência que aborda a temática de gênero e sexualidade. O projeto desenvolve-se em uma Centro de Atenção Psicossocial Infantil, do Grupo Hospitalar Conceição. Pretende-se investigar como ocorre os atendimentos a crianças LGBTQIAPN+ nesse serviço a partir das narrativas dos trabalhadores.

No projeto é descrito enquanto metodologia uma pesquisa participante e uma pesquisa-ação, enquanto investigação e com a utilização do diário de campo. Refere que será utilizado sobretudo a observação participante " o pesquisador estará junto as vivências dos/as profissionais observados/as, a fim de desvendar a abordagens e narrativas destes profissionais sobre o tema. Ou seja, a pesquisadora "observará os/as profissionais em atendimentos individuais e nas atividades coletivas, realizadas com as crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, e poderá encontrar estratégias para o que for identificado".

Para a análise será utilizada a análise de conteúdo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos encaminhados conforme normativas

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa. O pesquisador assume o compromisso de seguir, a Resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e, as normativas éticas complementares vigentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_2341234.pdf	07/10/2024 14:45:33		Aceito
Outros	cartaresposta.docx	07/10/2024 14:42:37	Rita Mello de Mello	Aceito
Cronograma	cronograma0710.docx	07/10/2024 14:27:12	Rita Mello de Mello	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE0710.docx	07/10/2024 14:26:50	Rita Mello de Mello	Aceito

Endereço: Av. Francisco Trein, 596 - Prédio do Ambulatório - 3º andar

Bairro: CRISTO REDENTOR

CEP: 91.350-200

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3357-2714

E-mail: cep-ghc@ghc.com.br

HOSPITAL NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO - GRUPO
HOSPITALAR CONCEIÇÃO



Continuação do Parecer: 7.135.635

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto0710.docx	07/10/2024 14:26:02	Rita Mello de Mello	Aceito
Outros	comissaopdf.pdf	15/07/2024 18:49:32	Rita Mello de Mello	Aceito
Outros	sigilo.pdf	20/06/2024 16:24:46	Rita Mello de Mello	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	compromisso.pdf	20/06/2024 16:22:19	Rita Mello de Mello	Aceito
Declaração de concordância	anuencia.pdf	20/06/2024 16:15:12	Rita Mello de Mello	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	28/05/2024 12:14:01	Rita Mello de Mello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	relacaointegrantes.pdf	28/05/2024 12:11:24	Rita Mello de Mello	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestrutura.pdf	28/05/2024 12:10:16	Rita Mello de Mello	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	23/05/2024 15:28:21	Rita Mello de Mello	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	23/05/2024 15:25:24	Rita Mello de Mello	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 09 de Outubro de 2024

Assinado por:
Natália Miranda Jung
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Francisco Trein, 596 - Prédio do Ambulatório - 3º andar
Bairro: CRISTO REDENTOR **CEP:** 91.350-200
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3357-2714

E-mail: cep-ghc@ghc.com.br